

INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 017 - 31 de Maio de 2012

A RELAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

As duas maiores economias do Cone Sul atravessam um dos momentos mais tensos de suas relações comerciais, do ponto de vista do protecionismo. Desde os anos 90, observam-se recorrentes conflitos comerciais entre Brasil e Argentina, paralelamente às discussões para integração regional sob o formato do MERCOSUL. No entanto, o primeiro semestre de 2012 revelou um incremento nos entraves ao fluxo de comércio dos dois países, com horizonte cinzento para solução.

O uso de medidas protecionistas pela Argentina foi intensificado durante a densa crise econômica que assolou o país em meados do ano 2000, levando à diminuição drástica das importações de produtos brasileiros. Com a recuperação econômica pós-crise, em 2004 as importações voltaram a crescer e, naturalmente, as demandas do setor industrial argentino por medidas de proteção comercial pressionaram o governo daquele país. Já em 2010 o conjunto de barreiras protecionistas da Argentina chegou a atingir 13,5% dos produtos nacionais exportados para o mercado vizinho.

O alerta do governo brasileiro veio em 2011, após o aumento deste valor para 23,9% e a ampliação do espectro de produtos verde-amarelos submetidos às licenças não-automáticas de importação. Na ocasião, o governo brasileiro solicitou à Argentina a formação de um comitê de monitoramento para evitar que fosse violado o prazo de 60 dias para liberação dessas licenças, conforme estabelecido em convenções internacionais. No entanto, os relatos do setor produtivo nacional é que a demora chega a 180 dias.

Diante das reclamações dos produtores brasileiros, um esboço de reação veio com a imposição das licenças não-automáticas ao setor de automóveis argentino, que em 2011 correspondeu a 80% do total de exportações da Argentina para o mercado brasileiro. Com o impacto sobre este importante nicho de mercado, o governo de Cristina Kirchner acertou a realização de encontros com as autoridades brasileiras para discutir o fluxo de comércio. Entretanto, após os encontros nenhuma medida concreta foi tomada.

No contexto de contendas com a Argentina, o Brasil mostrou-se cauteloso para reagir com retaliações às políticas protecionistas, com uma postura muito mais de acompanhamento, todavia, com preocupação, do impacto das medidas adotadas por seu principal sócio comercial na região. Em parte, é possível atribuir tal flexibilidade ao contexto eleitoral vivido pela Argentina durante 2011, ocasião em que a variável econômica constitui importante fator na corrida por votos.

Com a reeleição em outubro de 2011, com mais de 53% dos votos, a possível expectativa do governo brasileiro para o novo mandato de Cristina Kirchner era de afrouxamento das barreiras comerciais impostas aos produtos nacionais. No entanto, o cenário internacional e o contexto interno enfrentado pela Argentina apontaram para o agravamento das restrições comerciais e para a escalada do protecionismo no país em 2012.

Entre os aspectos econômicos que podem implicar na continuidade da política econômica prejudicial ao Brasil, pode-se citar a queda da safra agrícola, em virtude das secas na região. Com a diminuição nas vendas de *commodities* agrícolas, importante item na pauta de exportações, há a possibilidade de redução do superávit da balança comercial do país e, conseqüentemente, reforço das políticas protecionistas.

Já no plano político-institucional pode-se destacar a criação da Secretaria de Comércio Exterior, vinculada ao Ministério de Economia. Dentre outras competências, o órgão se tornou responsável por temas de defesa comercial e pelo controle das licenças não automáticas. Para o novo órgão, foi nomeada Beatriz Paglieri, tida como braço direito de Guillermo Moreno, Secretário de Comércio Interior, que tem encabeçado as medidas de intervenção na economia e estabeleceu como meta para 2012 repetir o superávit total de US\$ 10,9 bilhões, registrado em 2011 após as barreiras comerciais impostas.

Com a nomeação pode-se vislumbrar um aumento da influência da linha de atuação de Moreno na política comercial argentina. Neste sentido, após as mudanças institucionais, verifica-se que o fluxo comercial entre os dois países permaneceu tensionado e, sobretudo, agravou-se a partir de fevereiro de 2012, com a instituição da Declaração jurada antecipada de importação (DJAI). Por meio da medida, a Receita Federal argentina (AFIP) passou a exigir informações prévias sobre todas as importações de bens para consumo. Além disso, observa-se o aumento no prazo para a liberação de licenças não automáticas de importação, registrando 250 dias, segundo setores da indústria brasileira.

Com base nas recentes medidas, percebe-se que o governo argentino tem sinalizado na direção do reforço da política de substituição de importações, por bens produzidos localmente. O que pode ser bem ilustrado pelo que Guillermo Moreno chama de "*uno por uno*", em referência a um dólar importado deve ser igual a um dólar exportado. Diante do cenário de recrudescimento das barreiras argentinas e queda de 23% das exportações brasileiras, o governo Dilma Rousseff decidiu retaliar com maior rigor, retendo na fronteira principalmente produtos perecíveis.

Com o imbróglgio argentino, o mercado mais atingido foi o MERCOSUL, com queda de 16% nas importações, no qual a relação bilateral com o Brasil é a mais relevante. Tal situação não deveria ocorrer entre países-membros de uma área que se supõe estar em estágio avançado de integração, a saber união aduaneira. Em verdade, os países deveriam priorizar uma agenda comum em relação ao comércio exterior, como por exemplo, a intensas importações de produtos chineses.

Curiosamente, para tal situação de dificuldades nas relações comerciais deveria valer a frase do atual chanceler argentino: "quando há uma decisão política de resolver um tema econômico, ele pode ser resolvido".

DESTAQUES

BRASIL INCORPORA DECISÃO DO MERCOSUL PARA ELEVÇÃO TEMPORÁRIA DA TEC

O Brasil incorporou ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 - celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - a Decisão nº 0039/11 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC), por meio do Decreto nº 7.734/2012. A medida que foi estabelecida durante a 42ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, realizada em dezembro do ano passado, possibilita a elevação temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) até o nível consolidado na Organização Mundial do Comércio (OMC).

No entanto, como a decisão não tem vigência automática, por ser um Protocolo Adicional, para entrar em vigor a medida necessitará ser notificada junto à Secretaria-Geral da Associação Latino Americana de Integração (ALADI). Além disso, o Governo Federal só poderá divulgar a lista para sua plena utilização depois de transcorridos 30 dias após a incorporação da referida Decisão CMC pelos ordenamentos jurídicos de todos os países signatários do bloco. Até o presente momento, apenas o Brasil e a Argentina já incorporaram a iniciativa às suas legislações.

GANÁ BUSCA PARCERIAS COM GOVERNO BRASILEIRO

Uma delegação de Gana, chefiada pelo vice-presidente ganês, John Bramani Mahama, esteve reunida com o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, para discutir, entre outros assuntos, projetos de infraestrutura que estão sendo desenvolvidos em parceria entre os dois países.

A aproximação do Brasil com países africanos tem sido uma dos temas prioritários de ação no âmbito do MDIC. Nesse processo de fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e África, o Ministério tem destacado, principalmente, a ampliação das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES), que tem possibilitado a troca de investimentos em ambos os países.

MDIC REALIZA MISSÃO OFICIAL À ÁSIA

Com o intuito de ampliar as relações comerciais e atrair investimentos para o Brasil, o Ministério, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) promoveu uma missão oficial a países da Ásia. Durante a visita ao Japão, primeira escala da missão, o ministro Fernando Pimentel assinou dois memorandos de entendimento, que tem o intuito de promover parcerias na área de tecnologia entre os dois países para a indústria naval.

De acordo com o MDIC, a iniciativa é um esforço do Governo Federal em promover parcerias para importar e desenvolver tecnologia em um setor que será bastante requisitado com o início da exploração da camada de petróleo do pré-sal. Durante a missão oficial, o ministro também esteve em Seul, na Coreia do Sul, onde se reuniu com autoridades governamentais e empresários.

IPEA PUBLICA 2ª EDIÇÃO DO SENSOR ECONÔMICO DE 2012

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou a 2ª edição do Sensor Econômico de 2012, com projeções sobre o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) brasileiro; taxas de juros; taxa de câmbio e investimento; além dos valores para as exportações e importações brasileiras. De acordo com a publicação, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescerá 3,2% este ano e a taxa de inflação ficará em torno de 5,1%. No que concerne à taxa de câmbio, esta estará em R\$1,80 por dólar. Em relação à taxa básica de juros (SELIC), o estudo prevê que o ano terá uma mediana de 9% ao ano, o mesmo valor da atual taxa SELIC.

Há ainda uma expectativa que a taxa de investimento fique em torno de 5,7%, enquanto o Governo prevê um percentual de 10% neste quesito. Já no que se refere aos indicadores de comércio exterior, a projeção das entidades consultadas para as exportações apontam para um montante de US\$268 bilhões, ao passo que a meta de exportações anunciada pelo Governo para 2012 é de US\$ 264 bilhões. Quanto às importações, o valor projetado para o ano corrente é de US\$ 247 bilhões.

BRASIL ESTÁ MAIS ABERTO AO MERCADO INTERNACIONAL

De acordo com o ranking criado pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), o Brasil subiu três posições e atualmente ocupa a posição de 84º país mais aberto para o comércio internacional. O indicador analisa um total de 132 países e utiliza aspectos como acesso ao mercado, administração aduaneira, infraestrutura em transporte e comunicação, e ambiente de negócios para construção do ranking. Além desses aspectos, também são considerados medidas adotadas pelos governos quanto ao estímulo ao comércio mundial.

Analisando a posição brasileira com relação aos países do BRICS, o Brasil tem apresentado um contexto mais favorável ao mercado internacional que a Rússia e a Índia, que aparecem na 122ª e 100ª colocação, respectivamente. Por outro lado, o país ficou atrás da China e da África do Sul no ranking do Fórum.

SECEX DISCUTE COMÉRCIO EXTERIOR COM FMI

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) recebeu uma comitiva de especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), para discutir a posição brasileira no cenário econômico internacional.

Durante o encontro, foi analisada a dinâmica dos mercados internacionais em relação à atual crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia. Nesse sentido, diante do contexto econômico mundial, os membros da delegação destacaram o crescimento das exportações brasileiras, principalmente, em produtos manufaturados e em material de transportes.

RADAR LEGISLATIVO

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES (ZPE)

No último dia 15, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados, foi realizada audiência para debater a implantação e o funcionamento das ZPE's. O secretário executivo do Conselho Nacional das ZPE's do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Gustavo Saboia, apresentou a atual situação das áreas de processamento de exportação no país. De acordo com o representante, atualmente existem 23 ZPE's aprovadas e uma está à espera de sanção presidencial (Uberaba/MG). As cinco mais avançadas, segundo o secretário, são a de Senador Guiomar, no Acre (a única a ter sido alfandegada, até agora, pela Receita Federal no Brasil), seguida pelas de Parnaíba (Piauí), de Pecém (Ceará), de Bataguassú (Mato Grosso do Sul) e de Suape (Pernambuco). Os deputados Antônio Balhmann e Renato Molling, defenderam que as ZPE's se inserem na nova realidade de logística brasileira.

POLÍTICA INDUSTRIAL E COMPETITIVIDADE

A competitividade da indústria nacional e as medidas adotadas até então pelo governo relacionadas ao setor tiveram destaque no Congresso Nacional. Na última semana, por iniciativa da CDEIC, foi realizado seminário "Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional". Essa semana, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal discutiu a dinâmica da Nova ordem Econômica Mundial e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, debateu as medidas de proteção à indústria nacional adotadas até então.

Em todas essas discussões, não foi novidade as demandas apresentadas pelo setor produtivo. Foi quase consenso o quadro de desindustrialização do país e a perda de competitividade internacional da indústria nacional. Como principais entraves a melhora da situação, foram apontadas as complexas legislação trabalhista e burocracia estatal, a elevada carga tributária.

Já os representantes do governo que participaram desses debates, como o Ministro do MDIC, Fernando Pimentel, defenderam que o país está preparado para enfrentar a crise e, nesse sentido, ressaltaram a importância das medidas adotadas, como a redução da taxa de juros e a desvalorização do real frente ao dólar, em um cenário de competição externa acirrada.

AGENDAS

04-07/junho: **Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul**, em Buenos Aires, na Argentina.

05-09/junho: **BEST Brazil Excellence in Securities Transactions**, em Toronto, no Canadá.

08-15/junho: **Reunião do Conselho Colaborativo Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)**, em Dublin, na Irlanda.

13-22/junho: **Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20**, no Rio de Janeiro, Brasil.

18-19/junho: **Presidente Dilma Rousseff participa de reuniões do G20 no México.**

18-19/junho: **16ª Conferência Anual da Associação Latino-Americana e Ibérica de Direito e Economia (ALACDE)**, em Lima, no Peru

18-21/junho: **Convenção Internacional sobre Biotecnologia**, em Boston, nos Estados Unidos.

19-28/junho: **Reunião do GT Brasil-China sobre Propriedade Intelectual**, em Pequim, na China.

25-26/junho: **Reunião da Conferência da Associação Internacional de Economia de Energia (IAEE)**, em Perth, na Austrália